

As novas tecnologias, a cegueira e o processo de compensação social em Vygotsky

Lucídio Bianchetti ¹

Sílvia Zanatta Da Ros ²

Teresinha Pellicoli Deitos ³

Resumo

O presente trabalho discute a relação do conceito de compensação em Vygotsky associado às possibilidades de luta contra a “deficiência” através do uso de novas tecnologias. Referimo-nos, neste artigo, especificamente aos cegos e às possibilidades de compensação postas pelos recursos tecnológicos na contemporaneidade.

Palavras-chave: novas tecnologias, cegueira, compensação.

Abstract

This paper discuss the relationship of Vygotski's idea of compensation associated with the possibilities of improvement of “disabilities” by using new technologies. We refer, in this article, specially to blind people and the possibilities of compensation by technological resources in the present time.

Key words: new technologies, blind people, compensation.

Introdução

Nos últimos anos contamos com uma ampla literatura a respeito das chamadas “deficiências”, que discute novas práticas e novos conceitos: enquanto alguns autores defendem a criação de possibilidades de acesso, inclusão, cidadania e ética, outros, por sua vez, denunciam o leixamento e a exclusão. Fala-se

sobretudo no advento das novas tecnologias e o seu potencial equalizador como uma das referências principais à inclusão.

Neste trabalho procuraremos dar destaque à presença e à utilização das novas tecnologias como suporte na melhoria do atendimento educacional e das possibilidades de acesso e permanência na escola e no trabalho aos considerados portadores de “deficiências” visuais,

¹ Doutor em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP. Professor no EED/CED/UFSC

² Doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP. Professora no EED/CED/UFSC

³ Mestranda em Educação – Convênio interinstitucional CED/UFSC/FUNCITEC/UNIPLAC/CAPES

os quais passaremos a chamar de cegos por entender que a cegueira não implica necessariamente uma deficiência. O cego é portador de necessidades especiais uma vez que a sociedade está predominantemente organizada em função das referências e necessidades de pessoas videntes.

Ao longo de toda a história, os sujeitos considerados “deficientes” vêm recebendo as mais variadas denominações e tratamentos, os quais hoje estão em discussão. Embora saibamos que discursos e/ou teorias devem ser relativizados, não deixamos de ter presente que a linguagem é uma das formas de construir a história. É preciso levar em conta o que é dito e o que é subentendido se quisermos compreender todo o processo da inclusão/exclusão manifesto e executado nos dias de hoje.

Amparados na teoria histórico-cultural enfocamos questões específicas, tais como possibilidades e perspectivas presentes nos instrumentos e equipamentos, objetivando detectar como as novas tecnologias contribuem para a melhoria de vida-trabalho na área da cegueira.

A razão deste estudo também está relacionada à história da Educação Especial, que tem toda uma trajetória significativa na percepção de mudanças sociais que se refletem na cultura, na tecnologia, e o conseqüente ‘ajuste’ em termos de propostas pedagógicas ou de implementação das ações governamentais que acompanham as demandas da sociedade.

Neste contexto consideramos importante ressaltar a presença de barreiras como elementos físicos que provocam problemas na locomoção e acesso às opções e aos recursos já existentes. As barreiras arquitetônicas, assim, são apenas um dos obstáculos com os quais se defrontam os portadores de necessidades especiais no exercício da cidadania plena. No entanto, na confluência das barreiras físicas e humanas parece que se localizam nas últimas os maiores obstáculos à realização do cego como pessoa de direitos como qualquer outro cidadão.

Para subsidiar este trabalho foram feitas entrevistas com sujeitos cegos buscando evidenciar: história familiar; se a cegueira é congênita ou adquirida; como se deu o processo de escolarização; quais propósitos e condições favoreceram/dificultaram a inserção no mundo do trabalho; possibilidades e limites das novas tecnologias na inserção no processo educacional e no trabalho. Ênfase especial foi dada à maneira como se lida com a díade compensação social⁴/deficiência, na família, escola e mundo do trabalho.

Analisado o uso de instrumentos ou recursos tecnológicos já disponibilizados, procuramos ver de que forma estes últimos levam a suprir a falta e/ou a

insuficiência de desempenho de órgãos ou membros, na perspectiva da compensação em Vygotsky.

Do ponto de vista histórico, o cego considerado como deficiente teve acesso à escolarização por meio de um conjunto de reivindicações, entre as quais o direito de todos à educação. Esta reivindicação remonta à época da Revolução Francesa, de 1789. No Brasil, a Constituição de 1824 já trazia inserida em seu contexto a “instrução primária gratuita a todos”. Propunha também a “escola de primeiras letras”, que contaria em sua metodologia com uma proposta de “ensino mútuo de alunos mais adiantados aos mais atrasados”, chamado método Lancaster-Bell (Januzzi, 1992, p. 20), o qual dará origem ao atual processo de monitoria, como se pode conferir em Mercado (1991). Apesar de todos os preceitos legais, contudo, acabou predominando a desigualdade de acesso à escola.

A discriminação era enfatizada quando se tratava principalmente de inteligência, mas o questionamento que serve de base é um único: como tais criaturas vão aprender ou desenvolver sua capacidade intelectual se o seu corpo se encontra lesado?

Hoje os cegos ainda carregam as discriminações de épocas anteriores. Efetivamente, poucas são as mudanças em relação aos preconceitos contra essas pessoas. E lutar contra isso exige um esforço redobrado. Conforme Amaral (1994, p. 18), “vê-se que destruir preconceitos, e portanto preventivamente impedir estereótipos, não é tarefa fácil. É trabalho árduo, lento, molecular mesmo”. Para chegar a este ponto será necessário incorporar uma educação comprometida com a efetiva igualdade de todos, em que não haja espaço para cruzar os braços, principalmente quando já se luta contra a exclusão, seja qual for o seu matiz.

Avançando, percebemos que até há poucas décadas, no Brasil, praticamente não se falava em educação para cegos. Quando o assunto era abordado ou iniciativas eram tomadas, fazia-se referência à “educação de deficientes”. Assim, podemos dizer que somente nas décadas que se aproximam do início de um novo milênio é que algumas pessoas, associações e, mais lentamente, órgãos governamentais começam a assumir novos posicionamentos frente à “deficiência”, passando a concebê-la como diferença (Bianchetti & Freire, 1998). Com essa nova concepção, fruto das lutas contra a discriminação, pode-se falar que não se conseguiu muito. O processo é lento. Contudo pode-se falar que a inclusão, hoje, é uma possibilidade mais concreta do que em qualquer outra época, especialmente se tivermos presente que, além dos posicionamentos favoráveis à igualdade de oportunidades, conta-se com novas tecnologias como recurso potencial de ampliar a capacidade ou substituir/compensar funções lesadas.

⁴ Compensação social: termo utilizado por Vygotsky para referir-se ao processo de luta contra os efeitos secundários de um defeito ou dano orgânico, físico, que produz a deficiência primária.

A Preocupação Educacional Com os "Portadores de Deficiências"

Os portadores de deficiência, entre os quais incluíam-se, indevidamente, os cegos, foram vistos de formas distintas por diferentes culturas e épocas. Contudo num ponto todos convergiam: os "deficientes" eram desvalorizados como pessoas, marginalizados, no máximo dignos de pena. Hoje, mesmo que se tenham passado séculos, o "deficiente" ainda não é aceito como sujeito da sociedade dos 'normais', como aluno na escola dos 'normais' e detentor do direito de uso das tecnologias potenciais ou disponíveis a todos os cidadãos envolvidos no processo de ensinar/aprender.

Em períodos mais recentes, porém, passou-se a fazer "concessões" àqueles que se destacavam através de alguma habilidade, como é o caso dos cegos em Paris, especialmente quando se dedicavam à música. Neste particular há aspectos interessantes em períodos precedentes - é o caso do surgimento, em 1784, do Instituto dos Jovens Cegos em Paris. Nessa instituição muito foi feito, mas a segregação acontecia em decorrência do pertencimento à classe social: aqueles que não faziam parte das classes privilegiadas simplesmente não tinham acesso a esse espaço de educação formal. Milhares de cegos pertencentes às camadas menos favorecidas mal contavam com condições mínimas de sobrevivência. Alguns cegos se destacaram, nesse mesmo período, por serem oriundos das elites; não sendo considerados desassistidos, puderam se desenvolver intelectualmente.

Através das possibilidades da linguagem oral - aspecto privilegiado em face dos limites referentes à escrita - os frequentadores do Instituto se comunicavam e aprendiam. Esses cegos conseguiram alcançar níveis de realização elevada. Alguns alunos chegaram a obter o título de professor.

O Conceito de Compensação: Contribuição de Vygotsky

Vygotsky, por defender a idéia de que a constituição do sujeito é produto de interações sociais, históricas, permite compreender a deficiência também como produto social. Neste sentido é que a falta de visão foi considerada como deficiência e por muito tempo a história da cegueira foi vista e analisada dentro desta perspectiva.

Especificamente em relação ao sujeito cego, diz Vygotsky (1989, p. 61):

A cegueira por si só não faz de uma criança uma pessoa com defeito, não é uma deficiência, isto é, uma insuficiência, uma disvalia, uma

enfermidade. A cegueira se converte em uma deficiência somente em certas condições sociais da existência do cego. A cegueira é o signo da diferença entre sua conduta e a conduta das demais pessoas.

Ao longo de toda a história da trajetória dos indivíduos cegos, a cegueira se confirma, não pelo fato de estes indivíduos não poderem ver tal qual os denominados videntes, mas pelo resultado do modo como o grupo social trata a diferença como sendo uma desvantagem em relação aos demais.

O conceito de deficiência visual adotado pela Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994, p.16) é o de que é cego aquele que possui "perda da visão, em ambos os olhos" e que "a cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo da visão". Os cegos, em sua maioria, percebem a cegueira como limitação. A partir do momento que acontece a perda dessa "porta de entrada sensorial", eles passam a usar os demais sentidos para obter as informações a fim de tentar suprir aquelas que eram conseguidas pela visão. Isto tratando-se de cegueira adquirida. Para os cegos congênitos as coisas passam a "ter existência" fundamentalmente no momento em que o contato físico é realizado.

A percepção de que a deficiência se situa como categoria desviante ou deficiente tem como resultado um olhar voltado para o defeito. Então o deficiente é deficiente por si só e não como alguém cuja "deficiência" só é percebida em determinadas circunstâncias, em determinadas interações sociais.

De acordo com o pensamento de Bento⁵, "através do treino os cegos transferem as informações do tato para a audição. Passam a classificar, a conceituar aquilo de que já têm um conhecimento anterior pelo toque. Tudo o que entra para compensar a perda da visão tem que entrar pelos sentidos da audição". Este depoimento nos remete à questão da linguagem, da palavra como signo constituidor e constituinte dos processos psicológicos superiores. Remete também, e diretamente, à questão da compensação que cria novas vias, novas estratégias de aprendizagem que impulsionam o desenvolvimento do sujeito que possui o defeito.

Vygotsky (1989, p.10) afirma que "uma criança com defeito não é necessariamente uma criança deficiente", como já ressaltamos. O ensino como forma de compensação do defeito possibilita torná-la eficiente. A própria ação do defeito é secundária porque a pessoa passa a não sentir diretamente o defeito; o que percebe são as dificuldades resultantes deste, uma vez que vive numa sociedade marcada pelo preconceito e desigualdade. Aprender a viver num mundo onde existam camponeses canhotos, enxadas redondas, pás em forma de ancinhos, caolhos, bengalas distintas, parece na realidade não ser tão fácil.

⁵ Bento é o nome fictício de um cego entrevistado na pesquisa que deu origem a este artigo. Possui cegueira adquirida.

Mas afinal, como deve ser a educação dos cegos? Vygotsky (1989, p.87) responde:

La educación del niño ciego debe ser organizada como la educación del niño apto para el desarrollo normal; la educación debe formar realmente del ciego, una persona normal, de pleno valor en el aspecto social y eliminar la palabra y el concepto de "deficiente" en su aplicación al ciego.

A escola deve ser o veículo onde a diferença deve ser considerada, mas na educação das crianças cegas os fatos biológicos não devem receber atribuição maior do que as conseqüências sociais e os conflitos que a cegueira lhes traz. Cabe ao educador compartilhar com a pessoa cega a sua integração à vida normal pela compensação de seu "defeito" através de mediações que possibilitem aprendizagens que promovam os processos psicológicos superiores no contato com os conteúdos acadêmicos. A cegueira é o símbolo, a marca, o sinal de diferença do comportamento do cego em relação às pessoas videntes, mas ele, como sujeito ativo, cômico de que também é produtor da chamada deficiência secundária, precisa comprometer-se na luta pela inclusão. Sem isto, mesmo que a Lei 7.853/89, em seu art.1º, defenda a "efetiva integração social", corremos o risco de não ver nada acontecendo.

O que acaba ocorrendo é uma falsa existência de integração, apesar de todo o discurso humanista que envolve a questão. Urge, por isso, que se enfrente esta situação de discriminação e marginalização que é de todos, cegos e videntes, para que possamos vislumbrar novos rumos na questão da cegueira. É provável que, como diz Vygotsky (1989, p. 61), "a humanidade triunfe sobre a cegueira mais cedo ou mais tarde. Será vencida no plano social e pedagógico antes do plano biológico e medicinal. Então, desaparecerá, também, o próprio conceito, o signo, justo do nosso próprio defeito". Esta é uma visão que pode parecer sonhadora. É ela, todavia, que nos permite acelerar o desaparecimento do conceito que dá sustentação ao defeito, seja pela superação cultural, educacional, social, biológica ou medicinal – juntamente com o suporte proporcionado pelas novas tecnologias – tão própria dos nossos dias.

Pertencendo ao Mundo Tecnologizado: Considerações

Analisar o processo histórico e social do uso de instrumentos ou recursos tecnológicos já disponibilizados às pessoas com história de deficiência visual que levam a suprir a falta e/ou a insuficiência de desempenho de órgãos ou membros, constitui tarefa de grande envergadura. Ocorre que as possibilidades de compensação ine-

rentes a essas tecnologias representam uma nova busca, um novo desafio.

Vygotsky (1989, p. 5), em seu postulado central acerca da defectologia contemporânea, diz que "qualquer defeito origina estímulos para a formação da compensação" e que isto aponta um novo caminho a ser percorrido.

Pensamos que através das novas tecnologias já disponibilizadas seja possível promover uma espécie de onda visando a materialização da compensação do defeito ou falta, nos termos de Vygotsky, a fim de que as pessoas com histórico de deficiência visual contem com mais um recurso para a sua integração na escola, no trabalho e na sociedade. As tecnologias presentes como instrumentos de compensação podem contribuir para a formação de pessoas que enfrentem as barreiras sociais impostas por esta sociedade segregadora.

As tecnologias, através das quais busca-se suprir faltas ou carências, restituem a potencialidade do sentido perdido – embora sem aperfeiçoá-lo no estreito sentido biológico – criando outros desempenhos necessários à atividade intelectual. No entanto, a utilização das tecnologias por essas pessoas é restrita pela falta de acesso aos recursos mais por questões de ordem política e econômica do que pelo limite imposto pela "deficiência" ou pela inexistência de tecnologias. O acesso às informações pelo cego, mesmo aquelas mais triviais, comuns, como números de telefone, preços de mercadorias, cardápios, orientações no espaço público, documentação de identificação própria, são extremamente difíceis, a despeito da existência de tecnologia intensiva em informação.

A tecnologia digital, cada vez mais empregada nos eletrodomésticos, vídeos, TV, não está à disposição das pessoas cegas. O preço dos equipamentos e as transformações pelas quais precisam passar para serem adaptados às diferentes necessidades dos cegos acabam tornando-os excessivamente caros. Na medida em que as empresas se defrontam com a situação de terem que produzir poucos desses instrumentos ou elevam sobremaneira o preço – o que dificulta a venda - ou optam por não os fabricar – o que impede sua disponibilização às pessoas que dependem desses equipamentos para sua integração.

Disponibilização de tecnologias e preços adequados é um binômio decisivo na luta pela igualdade e integração. E, especialmente hoje, a concretização dessa possibilidade está mais na dependência de políticas voltadas à disseminação extensiva a todos das tecnologias do que da sua criação. Quando Francis Bacon (1561-1626), no século XVII, falava do potencial equalizador dos instrumentos, referia-se a uma possibilidade (Bacon, 1979). Hoje essa possibilidade é real, restando um imenso campo de luta até sua materialização para todos. Muitos hoje continuam segregados apesar de todos os discursos em contrário e das conquistas tecnológicas.

De acordo com os dados da nossa pesquisa, cegueira para o cego parece não corresponder a um pro-

blema do qual ele deseja se libertar, o que coincide com o posicionamento de Vygotsky a respeito desta questão. Nas suas pretensões, localizamos o esforço para libertar-se dos limites impostos pela cegueira, destacando-se dentre estes os limites que a sociedade cria e mantém. Como exemplo, podemos citar o caso de Sil⁶, para quem o contato com instrumentos na área musical ocorreu muito cedo, por volta dos quatro anos de idade. Isto foi fundamental para a acessibilidade a outros recursos tecnológicos. Afirma ele que foi preciso “buscar estudar outros instrumentos”. Diz também que este contexto “requer que a gente seja extremamente eclético”, permitindo compreender que a deficiência ou a falta de um órgão, membro ou sentido impulsiona o indivíduo na busca de sua superação.

A própria pessoa com histórico de deficiência, desde que seja desafiada e lhe seja proporcionado o contato com novas tecnologias, transforma-se não apenas numa consumidora, mas criadora de novas soluções. Em seu depoimento Sil afirma que “não havia livro *Braille*, eu tive que ler, que me adaptar”. E mais: “Eu gosto muito de procurar coisas (...) o teclado quem adaptou fui eu, eu desmontei e fiz uma combinação”.

As criações tecnológicas já disponibilizadas contam com inúmeros recursos para contribuir na concretização da independência do deficiente visual. O problema não é de natureza tecnológica. “O *Braille* era material raro e não suficiente para todos os alunos de 1º grau. No 2º grau quase nada e na Universidade não tinha nada lá”, nos diz Bento. Reforça ainda que o pouco que se utilizava era muito incipiente:

A pessoa cega tem muitas possibilidades de acesso aos equipamentos da tecnologia moderna, que a microeletrônica criou, mas que ainda está fora do alcance da maioria dessas pessoas (...). Falar de computador na década de 70 era algo irreal ou de ficção científica. Hoje avançamos para a voz sintetizada, mas temos pouco acesso (...). O material utilizado, o preço e o baixo poder aquisitivo não disponibiliza a aquisição dos equipamentos que estão presentes no mercado atual, torna-se para os deficientes o maior obstáculo.

Tanto a literatura quanto os depoimentos nos autorizam a apontar as questões econômicas e as decisões políticas como as maiores barreiras para o acesso das tecnologias já disponibilizadas. E isto tanto em relação às pessoas com histórico de deficiência quanto à maioria da população. Porém, se para os chamados normais esse não-acesso é um problema, o que dizer da situação daqueles para quem esta é mais uma das segregações dentre as inúmeras de que são vítimas.

As prioridades em termos de investimento, de pesquisa se voltam ao atendimento daquelas pessoas que dispõem de condições econômicas para adquirir os equipamentos, concretizando a lógica da economia de mercado. E se tivermos em mente que os considerados portadores de necessidades especiais são concebidos por muitos como improdutivos fecha-se o raciocínio que nos ajuda a entender o porquê da continuidade da não-priorização de investimentos nessa direção e da manutenção da exclusão.

Contudo, apesar de todos os empecilhos – de ordem econômica e política, insistimos – o processo de objetivação das capacidades humanas nos equipamentos está conhecendo cada vez mais adeptos e materializações. Como exemplo, podemos citar o Sistema DOXVOX, programa que transforma texto em sons, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, sob a coordenação do professor José Antonio dos Santos Borges, permitindo assim que os deficientes visuais naveguem na rede mundial. Esta conquista foi concretizada a partir do trabalho de Marcelo Pimentel, cego e programador do NCE.

Um dos papéis dos núcleos de pesquisa e das escolas especializadas é criar e difundir as ferramentas que possibilitem ao deficiente visual usar os recursos que a tecnologia hoje oferece, mesmo que seja de maneira gradativa. De acordo com José A. dos S. Borges, “a escola não tem outra saída senão investir nessa área imediatamente, ou o deficiente visual estará condenado a um distanciamento cada vez maior da cultura e do lazer”.

Apesar dessas conquistas, as leis e os princípios constitucionais que formalmente garantem as oportunidades e direito a todos não são garantia suficiente para otimizar o acesso à educação, prevenção, trabalho, saúde, reabilitação e tecnologias a todos. A abordagem educacional da teoria de Vygotsky possibilita compreender o uso de instrumentos como meios de apoio ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e nas formas de conduta, que são importantes para o ensino, possibilitando o desenvolvimento cultural mediante o domínio das funções psíquicas superiores. Nesta relação, as tecnologias são um recurso, e para usufruir plenamente de sua capacidade inovadora devemos conhecer suas potencialidades, limites, e ter consciência das conseqüências e compatibilização do acesso a elas. Em se tratando de cegos, sabemos que o contato com o mundo exterior se dá pelo uso dos demais sentidos. A utilização de tecnologias constitui material sofisticado, que contribui decisivamente para que se efetive o acesso ao conhecimento, à socialização, à orientação e mobilidade dos cegos.

Hoje, como resultado do avanço tecnológico, existem dispositivos como impressoras braille, programas que transformam textos em som, acesso à Internet e ferramentas em condição de ajudar a quem é cego. Estes

⁶ Sil é o nome fictício de outro entrevistado. Possui deficiência congênita.

dispositivos do tipo informático ou que possuem interfaces adaptáveis ao computador permitem a interação. Sabemos que muitas barreiras foram vencidas, barreiras que impossibilitavam a comunicação, o livre direito de ir e vir, a utilização e o acesso a esses instrumentos. Porém, ainda há muito a ser conquistado.

A determinação do alcance e da percepção do já alcançado e das potencialidades dos instrumentos aos portadores de deficiência é importante para que se compreendam todos os fatores que estão envolvidos nesse processo. Ao mesmo tempo, é condição para que se lute para a plena concretização dos argumentos apontados por Bacon (1979, p.29) no Aforismo II, ao referir-se a instrumentos e recursos:

Nem a mão nua, nem o intelecto, deixados a si mesmo, logram muito. Todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e os precavêm.

A crescente difusão das novas tecnologias que se materializam na microeletrônica e na informática propicia hoje o desenvolvimento de instrumentos e recursos significativos em todas as áreas. Essas necessidades atravessam o campo da “deficiência”, possibilitando grandes transformações.

A rotina nos impõe dificuldades de perceber o real, de cultivar o raciocínio reflexivo. Neste sentido, a ação voltada para a visão de um homem completo se torna opaca. A importância de abordar a formação profissional dos chamados deficientes, sua incorporação ao mercado de trabalho e sua formação permanente ao longo da vida adulta deve ser destacada. Há uma defasagem muito grande entre a educação e a formação profissional dos “normais” e dos “deficientes” e um dos aspectos que verificamos é o movimento de exclusão e de estigmatização a que são submetidos os “excepcionais” tanto no âmbito escolar, no laboral como no social.

Embora se enfatize que as relações entre os chamados normais e os cegos sejam de aceitação, para estes, especialmente no que se refere ao trabalho, a situação continua delicada. O cego precisa provar diariamente que é capaz, e isto é um grande obstáculo. De forma clara e sem rodeios, Bento afirma numa das suas falas: “É preciso matar um leão todo dia para mostrar que é capaz de fazer o que está fazendo”. No mundo e no ambiente de trabalho dirigido por aqueles que vêem, o cego “à medida que mostra trabalho, passa a receber credibilidade correspondente”. Surge aqui a questão da eficiência no trabalho, e de mostrar capacidade de fazer e de querer fazer independentemente de ser portador ou não de “deficiência”.

Para finalizar podemos afirmar que, tanto no que

diz respeito às respostas dos nossos entrevistados quanto pelos dados da literatura, a categoria dos cegos, na luta pelos seus direitos, vem ganhando credibilidade na medida em que mostra como está organizada, como participa em eventos científicos e como vem se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho. Através da pesquisa pudemos perceber que estão buscando saídas. Alguns passam a cuidar individualmente de sua própria vida. Outros lutam juntos para o fortalecimento do grupo. Muitas batalhas individuais e coletivas ainda estão por acontecer para que estas conquistas mobilizem e provoquem mudanças substanciais, mesmo acreditando-se que o espaço parece estar conquistado.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Lígia Assumpção. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BACON, Francis. *Novo Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1979. Col. Os Pensadores.
- BIANCHETTI, Lucídio & FREIRE, Ida Mara (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania*. São Paulo: Papirus, 1998.
- BRASIL, MEC/ SEESP. Política nacional de educação especial. Brasília, 1994.
- BRASIL, Ministério da Justiça/CORDE. Lei 7.853. Direito das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1989.
- BUENO, José G. Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1999.
- FALCÃO, Jorge T.R. Computadores e educação, breves comentários sobre alguns mitos. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, v. 70, n. 165, p. 243-56. maio/ago. 1989.
- JANUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 1992.
- LA TAILLE, Yves de. *Piaget, Vygostsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- LOLLINI, Paolo. *Didática e computador: quando e como a informática na escola*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MACHADO, Maria T. de C.; ALMEIDA, Marlene C. de O. *Ensinando crianças excepcionais*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- MAZZOTA, Marcos J.S. *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

- MERCADO, Edna A. Busca dos fundamentos teórico-históricos do processo da monitoria. *Cadernos de METEP*, Maringá, UEM, v. 4, n. 3, p. 99-113, jan./dez. 1991.
- MILLER, Nany B. *Ninguém é perfeito vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais*. São Paulo : Papyrus, 1994.
- MOURA, Luis Celso M. de. *A deficiência nossa de cada dia: do coitadinho ao super-herói*. São Paulo: Iglu, 1992.
- NOGUEIRA, Letícia. *A criança e o computador: instantâneo da modernidade através das lentes infantis*. Dissertação de mestrado em educação. PUC/RJ, 1996 – mimeo.
- PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PESSOTI, Isaías. *Deficiência mental: da suposição à ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- SILVA, Fabiany de C. Tavares. *Desenvolvimento e aprendizagem: deficiência mental sob a ótica das teorias cognitivas*. Apresentado na 21ª ANPED, Caxambu, 1998.
- SKLIAR, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- TOMASINI, Maria E. Expatriação total e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L., FREIRE, I. M. (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença*. Interação, trabalho e cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998.
- VYGOTSKY, L.S. *Obras completas*. Espanha : Editorial Pueblo y Educación, 1989.
- Textos da Internet
- CAPOVILLA, Fernando C. *Pesquisa e desenvolvimento de novos recursos tecnológicos para educação especial*. Disponível na Internet: www.bauru.unesp.br, maio/1997.
- CASTRO, José A. M. *Orientação e mobilidade: alguns aspectos da evolução da autonomia da pessoa deficiente visual*. www.bauru.unespe.br, p.1-5, 18h.
- MORAM, José Manuel. *Novas tecnologias e o reencantamento do mundo*. Internet na educação, p1-6, 20.25h.
- SANTAROSA, Lucila M.C. Comunicar para aprender, aprender para comunicar: ambientes de aprendizagem telemáticos como alternativas. www.niee.ufrgs.br, p.1-4.
- BORGES, José Antonio. Ampliadores de tela de computador: uma visão geral. www.altavista.digital.com, p. 6.

Como eu me sinto

Cas vezes eu me sinto muito triste porque quando faço alguma coisa errada as pessoas brigam comigo. Também eu me sinto muito alegre porque as vezes eu faço muita coisa legal, eu fico atento a atenção na aula, faço os trabalhos, as provas e ganho nota alta ganho também nota baixa quando eu tiro uma nota baixa eu fico muito triste.

Nome: Davi Carlos Consição

Escola de Educação Básica Professor Alexandre Sérgio Godinho – Biguaçu/SC, texto de aluno(a) da turma da 3ª série – professora Rubelice O. K. Zimmermann.